

## 1. Educação: Superando o Racismo Sistêmico e os Danos Históricos

No contexto da Década Internacional de Afrodescendentes que prevê ações na área educacional, os currículos das instituições de ensino permanecem, de modo geral, estruturalmente eurocêntricos e não tem levado em consideração a diversidade epistemológica do mundo. Essa situação marginaliza as diversas possibilidades de compreender e de intervir na realidade. Para alterar o racismo presente na educação, é necessário

1) incidir firmemente nos processos de formação inicial e formação continuada de docentes; no currículo; nos livros didáticos e nas relações cotidianas no âmbito das instituições educacionais em todos os níveis de formação. Vale destacar a importância de investir fortemente na primeira infância para reduzir o processo cumulativo de disparidades educacionais.

2) Outro ponto fundamental é garantir o acesso e a permanência dos jovens negros ao ensino superior.

O Ministério da Igualdade Racial tem realizado algumas ações para contribuir com a construção de práticas educacionais antirracistas.

- O Caminhos Amefricanos: Programa de Intercâmbios Sul-Sul. Um programa do Ministério da Igualdade Racial (MIR) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) que visa contribuir com o combate ao racismo no Brasil através da qualificação dos estudantes de cursos de licenciaturas de Instituições de Ensino Superior públicas e docentes da educação básica do Brasil e dos países parceiros. Oferecemos intercâmbios de curta duração no exterior realizados particularmente, em países africanos, latino-americanos e caribenhos.

Criação do Observatório Amefricanidades: promover o diálogo Sul-Sul de políticas e de práticas a partir da sistematização e da socialização de conhecimentos, de experiências e de políticas públicas que contribuam com o combate e a superação do racismo.

Criamos o programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência. O programa fornece bolsas de doutorado sanduiche e pós-doutorado no exterior para mulheres negras. A experiência internacional é quesito fundamental para a formação científica e precisamos garantir que as mulheres negras brasileiras acessem esta oportunidade.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso junto com o Ministério da Educação com o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana - previsto em lei no Brasil como item obrigatório. Sabemos que após vinte anos da criação da lei, há inúmeros desafios para sua implementação nas instituições de ensino.